



MIGUEL SOUSA FERRO

A lei das práticas restritivas do comércio: de boas intenções...

05 Dezembro 2013, 00:01 por Miguel Sousa Ferro

 1       Gosto 0  Tweet 3  Share  Share 0

Não é verdade, como disse a ministra da Agricultura, que os consumidores continuarão a beneficiar das promoções a que se habituaram. Se a lei for cumprida à letra, deixarão de ter acesso a campanhas de descontos de 50% ou 30%, mesmo que as perdas sejam inteiramente cobertas pelo retalhista.

Será em breve publicada a revisão da lei das práticas individuais restritivas do comércio. Ressuscitou-se das cinzas do esquecimento em que quase tombara um diploma que nunca recebeu uma justificação económica convincente e cujo debate conduz, demasiado amiúde, a distorções que resultam de se falar, não sobre o que existe, mas sobre o que se imagina existir.

A intenção era boa. Mas, como recordou Camus, "as boas intenções podem causar tantos danos quanto a maledicência, se lhes faltar compreensão".

O regime em causa traduz uma visão paternalista da realidade da contratação que não se coaduna com uma economia de mercado, como se pretende a nossa. A falta de reflexão que lhe está associada reflete-se na esquizofrenia legislativa de introduzir estas normas – assentes na proibição de determinadas práticas, independentemente da existência de poder de mercado – num país (e numa Europa) onde vigora um regime da concorrência, cuja ciência económica subjacente entende que as práticas unilaterais deste género só são preocupantes se os seus autores detiverem uma posição dominante nos mercados em causa, ou relativamente às empresas em causa (dependência económica).

Esta incongruência económica explica o facto de a Autoridade da Concorrência sempre se ter mostrado adversa à aplicação deste diploma e tudo ter feito para que lhe fosse retirada esta competência, que agora passará para a ASAE. Tal deveria bastar para soar os alarmes: onde é que já se viu uma autoridade pública pedir para lhe serem retiradas atribuições?

Ou bem que existe uma posição dominante (individual ou coletiva) dos grandes distribuidores, à luz do direito da concorrência, e então já temos normas que proíbem estes comportamentos e que os sancionam, potencialmente, de modo bem mais pesado, ou não existe essa capacidade de distorcer unilateralmente o funcionamento do mercado e torna-se injustificável impor coimas por comportamentos que não podem levar a uma diminuição do bem-estar total.

Vejamos exemplos de consequências deste regime, algumas inteiramente novas, outras que já anteriormente se previam, mas que só agora passarão a fazer-se sentir, por se passarem a impor multas efetivamente dissuasoras.

alhistas, nem a mais pequena mercearia de bairro podem vender oraram (salvo algumas exceções). Não é verdade, como disse a ministra ntinuarão a beneficiar das promoções a que se habituaram. Se a lei for cumprida à letra, deixarão de ter acesso a campanhas de descontos de 50% ou 30%, mesmo que as perdas sejam inteiramente cobertas pelo retalhista.

E note-se que o preço da "compra" pelo retalhista é calculado com regras rígidas e sem ter em conta inúmeros tipos de descontos que integram a realidade comercial moderna, incluindo o "rappel" e promoções decididas posteriormente (mesmo que a pedido de grandes fornecedores industriais). Ou seja, um retalhista é proibido de

vender abaixo de um determinado preço (ficcioneado por lei) que é quase sempre bem superior ao preço que os bens efetivamente lhe custaram. O mesmo é dizer que, para cumprirem a lei, os grandes retalhistas têm de obter margens de lucro maiores do que as que teriam no livre funcionamento do mercado.

Quanto às normas de práticas abusivas, a sua interpretação é um exercício de divinação, facilitado por se conhecer a intenção do legislador, mas muito dificultado por não se poder fugir à (frequentemente infeliz) letra da lei. Se espera que a lei proteja os pequenos fornecedores, desiluda-se desde já.

Os produtores – todos eles – não podem obter de retalhistas preços ou outras condições "exorbitantes", ou seja, "não proporcionais ao volume de vendas". Mesmo que um grande retalhista queira discriminar positivamente um pequeno agricultor, não o pode fazer.

Os retalhistas podem celebrar acordos prévios com grandes fornecedores, permitindo a negociação posterior de promoções, mas nunca o podem fazer com pequenos produtores ou cooperativas, que assim ficam permanentemente em desvantagem competitiva. Mesmo que a iniciativa parta do pequeno fornecedor, para aumentar o escoamento dos seus produtos, a negociação de um desconto "a posteriori" será sempre considerada, por esta lei, uma "imposição unilateral" do retalhista, punida com coimas até 2,5 milhões de euros.

Esta análise foi feita, é bom que se note, com base na versão do projeto de decreto-lei que foi anteriormente divulgado. Não sabemos se a versão finalmente aprovada no Conselho de Ministros foi melhorada. Esperamos que sim.

Resta saber o impacto real que este diploma, com as suas novas garras, terá na economia. Confrontados com semelhantes espartilhos, não terão os grandes distribuidores tendência a evitar a contratação com pequenos fornecedores, sempre que possível? Não veremos subir o preço médio dos produtos graças a um regime de vendas "com prejuízo" que desconsidera a realidade do mercado? Será que os consumidores não beneficiam da força negocial da grande distribuição face aos fornecedores? Queremos proteger as margens de lucro dos fornecedores, impedindo os grandes distribuidores de as empurrarem para os níveis dos custos marginais? Então, sejamos claros: o objetivo desta lei é o de transferir para os fornecedores uma parte do bem-estar atualmente nas mãos dos grandes distribuidores e dos consumidores. É uma opção política, porventura legítima, mas que nada tem que ver com o aumento do bem-estar total da nossa economia e cujas reais consequências não foram efetivamente explicadas aos eleitores.

Docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Este artigo de opinião foi escrito em conformidade com o novo Acordo Ortográfico.

 1       Gosto 0  Tweet 3  Share  Share 0

COMENTÁRIOS

1 Comentário

Comentar...

PUBLICAR COMO

Nome

Email

Localidade

 ☐ Anónimo

INSERIR COMENTÁRIO

DISCLAIMER

COMENTÁRIO MAIS VOTADO

Anónimo

08 Dezembro 2013 - 01:34

O legislador continua a produzir leis de difícil interpretação, o que se traduz na prática, em elevados custos para o Estado. Os processos vão-se arrastar nos tribunais até à sua prescrição e posterior arquivamento. Continuamos a desperdiçar recursos e a perder tempo com questões que não resolvem o problema.

Responder

Denunciar comentário

Partilhar





Votação 0 (0 votos)

Votar

Anónimo

08 Dezembro 2013 - 01:34

O legislador continua a produzir leis de difícil interpretação, o que se traduz na prática, em elevados custos para o Estado. Os processos vão-se arrastar nos tribunais até à sua prescrição e posterior arquivamento. Continuamos a desperdiçar recursos e a perder tempo com questões que não resolvem ...

Responder

Denunciar comentário

Partilhar



Votação 0 (0 votos)

Votar

ESTATUTO EDITORIAL | FICHA TÉCNICA | DISCLAIMER | CONTACTOS | CARTAS AO EDITOR | RSS FEEDS | PUBLICIDADE

NOTÍCIAS DA REDE COFINA MEDIA DIGITAL

Record

Processo não revelou infrações no acidente de Schumacher *Fórmula 1*

Thierry Henry: «Estilo do Man. City beneficia o Barcelona» *Espanha*

Bafta de melhor filme para "12 Anos escravo" *Fora de campo*

Correio da Manhã

Inquérito não revelou infrações no acidente de Schumacher

Tirar Selfies pode provocar doença mental

João Sousa sobe a 48.º no "ranking" mundial de ténis

SÁBADO

'12 Anos Escravo' vence Prémios BAFTA

'Gisberta' prolongada até 23 de fevereiro

Falso dentista detido duas vezes

FACEBOOK NEGÓCIOS



Gosto 144.465 pessoas gostam disto.

Atividade recente

Iniciar sessão

Inicia sessão no Facebook para veres o que os teus amigos estão a fazer.



Descubra o banco mais barato para o seu dinheiro

Uma pessoa recomenda isto.



Bolsa nacional inverte para ganhos com banca e telecomunicações a impulsionar

Uma pessoa recomenda isto.



Pequenas empresas vão liderar retornos na Europa

Uma pessoa recomenda isto.

Plugin social do Facebook

TWITTER NEGÓCIOS



- In Budapest for #EC #OLAF #TI Conference against #fraud #corruption. Broadcast live starting tomorrow 9.15 GMT+1 <http://t.co/Motcf3bndD>



- O Partido Socialista não precisa de chegar ao Governo para apresentar medidas concretas. Exemplo disso são as... <http://t.co/bktYeEOYc>



- O mar integra a nossa identidade como povo, é História e cultura. No entanto, na conferência deste fim-de-semana... <http://t.co/giYN8UuJMm>

32445

144465

99

